



1ª Reunião Extraordinária – Conselho de Solidariedade

Data: 29/04/2020

Horário: 14:30 às 16:00 h.

Local: Palácio da Alvorada – Salão dos Estados

Participante: Conforme lista de presença

Pauta: 1. Apresentação da execução do primeiro plano de desembolso.

2. Apresentação e deliberação sobre projeto a ser submetido ao Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal.

3. Apresentação e deliberação sobre segundo plano de aporte de recursos da arrecadação solidária.

4. Outros Assuntos

Memória

Sra. Adriana Pinheiro – Pátria Voluntária

Realizou a abertura da reunião e solicitou ao Sr. Asclépius Ramatis, presidente da Fundação Banco do Brasil, que explanasse aos conselheiros presentes sobre a utilização dos recursos que foram definidos na primeira reunião ordinária.

Sr. Asclépius Ramatis – Fundação Banco do Brasil (FBB)

Relembrou que, durante a primeira reunião ordinária do Conselho, foi definido que seriam priorizadas as instituições que trabalham com pessoas idosas, que fazem parte do grupo de risco nesse momento de pandemia. Explicou que, a partir dessa definição, a FBB recebeu uma relação de 219 entidades ¹ que trabalham diretamente com este público, e nas regiões que foram definidas durante a 1ª reunião ordinária. Fizeram contatos por telefone e e-mail com todas as instituições, e estão recebendo retorno gradual das instituições. As entidades serão cadastradas, juntamente com seus responsáveis, e receberão um cartão pré-pago de alimentação da *Alelo*. Informou que a *Alelo* firmou parceria com a fundação na campanha “Arrecadação Solidária” e, como fruto dessa parceria, estes cartões estão livres de taxas. Os responsáveis receberão estes cartões pré-carregado com valor mensal definido durante a primeira reunião ordinária. Explicou que tal medida possibilita flexibilidade para que as instituições adquiram produtos que estão necessitando no momento. As 64 entidades já cadastradas na Fundação Banco do Brasil seriam informadas à Alelo e possivelmente na quarta-feira (06/05/2020) os cartões já serão entregues aos representantes das entidades. Espera-se que com tal medida a realização das ações da Arrecadação Solidária ganhe velocidade.



Sra. Adriana Pinheiro – Pátria Voluntária

Agradece explanação consulta os conselheiros se possuem alguma dúvida sobre o que foi explicado.

Sr. Iury Revoredo – Secretaria de Governo

Solicita ao Sr. Asclépius o envio à Secretaria de Governo do modelo da carta e cartão de alimentação recarregável, para que seja apresentada essa iniciativa aos Ministros. Confirma que a lista das ILPIS foi a mesma que os conselheiros receberam por e-mail, e questiona sobre o prazo final da confirmação das ILPIS para cadastramento na Fundação Banco do Brasil, e o que acontecerá se não for possível a confirmação de todas as 219 ILPIS?

Sr. Asclépius Ramatis – Presidente da Fundação Banco do Brasil

Informa que, caso isso aconteça, poderá ser discutido alternativa junto ao conselho. Esclarece que o prazo final é até quinta-feira (30/04/2020) e que julga que seria possível sim, neste prazo, ter a confirmação de todas as ILPIS.

Sra. Madriara – Ministério da Defesa

Questiona a possibilidade de as instituições adquirirem produtos de higiene com o recurso disponível no cartão.

Sr. Asclépius Ramatis – Fundação Banco do Brasil

Informa que este cartão é aceito em todas as redes de supermercado e que itens de higiene podem ser adquiridos com o cartão Alelo.

Sr. Eduardo Lafeté – Ministério do Desenvolvimento Regional

Solicita que as deliberações sejam encaminhadas todas por e-mail ao final de cada reunião. E complementa a resposta sobre o que pode ser adquirido pelo cartão, frisando que bebida alcoólica não pode ser adquirida com o cartão.

Sra. Pollyana – Pátria Voluntária

Complementa a resposta do Sr. Asclepius também respondendo à dúvida do Sr. Iury, informando que, caso não seja possível cadastrar as 219 ILPIS, poderíamos indicar outras instituições considerando os critérios já definidos. E ressalta que é recomendado não aumentar o valor que será disponibilizado nos cartões, pois esse valor definido é quantificado com base no número de vagas de cada instituição.

Lara Brainer – Ministério da Economia

Questiona se a Fundação fiscalizará os itens adquiridos no momento da prestação de contas, a fim de evitar aquisição de itens que não sejam considerados de primeira qualidade.

Sr. Asclépius Ramatis – Fundação Banco do Brasil

Informou que as instituições se obrigam a adquirirem itens alimentícios, de higiene e limpeza. Informa que a fundação solicitará relatório, no qual deverá ser informado a quantidade e locais onde os itens foram adquiridos. Ressalta que, havendo alguma discrepância nos relatórios de prestação de contas, verificarão cada caso pontualmente.



Sra. Adriana Pinheiro – Pátria Voluntária

Informa que o Pátria Voluntária recebeu contato da Caixa Econômica Federal, a qual expressaram o desejo de investir em algum projeto do programa. Neste contato a Adriana apresentou a Arrecadação Solidária. A Caixa Econômica Federal, por sua vez, informou que para que o fundo socioambiental invista no projeto deveria gerar impacto social de médio e longo prazo. Com isso, informa que foi desenvolvido um projeto pelo Pátria Voluntária que inclui ações de impacto de curto, médio e longo prazo. Além da distribuição de cestas, incluímos a possibilidade de incluir pontos de internet e energia elétrica, facilitando com isso o acesso ao auxílio emergencial. O valor fixado foi de 15 milhões de reais. Como o projeto ultrapassou um pouco o valor, será necessário ajustar o público atendido para chegar ao valor do investimento. Informou, ainda, que gostaria do apoio do conselho para a definição dos municípios, instituições e comunidades a serem atendidas.

Sra. Pollyana – Pátria Voluntária

Informa que o projeto foi estruturado em três frentes: a primeira frente focada em viabilizar a inclusão digital de povos e comunidades tradicionais e acesso ao cadastramento em políticas públicas. Dessa forma seriam instalados pontos de internet e energia para as comunidades e a criação de um centro de inclusão digital em cada comunidade. Cada centro contaria com 5 computadores, webcams e fones. A energia que abastecerá estes pontos será fotovoltaica por se tratar de comunidades isoladas.

No detalhamento do projeto, nota-se que 22 comunidades foram mapeadas pela SEAS – e na sequência informa que há a previsão de abertura de mais 28 centros e recomenda que esta definição seja feita pelo conselho.

Esclarece que, na tratativa realizada com a Telebrás, foi fixado o custo praticado pelo GESAC – já formalizado pela Telebrás.

Explica que a internet para as comunidades será mantida por 24 meses. Além disso, serão formados mutirões de cadastramento para o recebimento do auxílio emergencial. E ainda há a possibilidade de instalação em caráter emergencial de 7 dias ao custo de 6 mil reais por cada ponto instalado. Tal definição também deverá ser deliberada pelo conselho.

A segunda frente visa oferecer apoio aos povos e comunidades tradicionais para o fortalecimento da produção local de alimentos e geração de renda com o excedente de produção.

A ideia seria a utilização dos centros de inclusão digital para capacitação online, além de oficinas presenciais focadas no aperfeiçoamento da produção de alimentos, e com a perspectiva de que ao final do projeto seja possível geração de renda com o excedente dos alimentos produzidos pela comunidade. Também será possível a distribuição de cestas básicas para essas famílias que serão atendidas.

A terceira frente visa o apoio aos agricultores familiares para incremento de renda por meio de qualificação e formação de rede de compradores formada por unidades de atendimento a idosos e a pessoa com deficiência. **Cabe a deliberação do conselho se o público seriam unidades de atendimento a idosos, ou outro tipo de unidade.**

Nesta frente, compraríamos recursos dos agricultores e distribuiríamos para famílias vulneráveis ou instituições que atendam pessoas vulneráveis. Dessa forma, a renda aos agricultores seria garantida e o alimento às famílias também estaria garantido.



Outra deliberação que caberia ao conselho seria a definição do público que receberia esses alimentos.

Sra. Viviane Petinelli - Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos

Contextualizou o público definido no projeto ao fundo socioambiental, informando que a Subchefia de Articulação e Monitoramento, a Secretaria de Governo por meio da SEAS, a Secretaria Especial de Assuntos Federativos, o Pátria Voluntária e o Ministério da Mulher, Família e direitos humanos, estão trabalhando no plano de contingência para pessoas vulneráveis. Ressaltou que o trabalho citado visa evitar duplicidade no atendimento a pessoas vulneráveis. E com isso, informa que é preciso entender quem está atendendo e qual ação está atendendo a qual tipo de público, tendo em vista alcançar o maior número possível de pessoas em situação de vulnerabilidade. A Sra. Viviane informa, também, que o primeiro plano lançado foi direcionado a povos e comunidades tradicionais, mas foi percebido que alguns recortes ficariam de fora do atendimento. Por esta razão, estes povos serão contemplados pelo projeto a ser submetido ao fundo socioambiental da Caixa.

Sra. Adriana Pinheiro – Pátria Voluntária

Agradece a explicação da Sra. Viviane e relembra a fala da Sra. Pollyana sobre a terceira frente de trabalho no projeto, onde as pessoas idosas e com deficiências talvez não sejam o público prioritário quando o projeto estiver em sua fase de execução. Sugere que sejam incluídos públicos vulneráveis como um todo, para que possa se tomar uma decisão mais acertada ao ser definido quem será atendido pelo projeto.

Sra. Pollyana – Pátria Voluntária

Explica sobre a tabela com o mapeamento feito pela AMTB – Associação de Missões Transculturais Brasileiras - que trabalha com esse público do projeto, e explica que trouxe a tabela ao conselho como uma possibilidade de auxiliar na escolha das 28 comunidades para instalação dos centros de inclusão digital.

Sra. Adriana Pinheiro – Pátria Voluntária

Solicita deixar registrado, e sugere votação sobre público a ser contemplado pelo projeto a ser submetido ao fundo socioambiental da Caixa e, também, sobre a definição de público para novas possibilidade de alocação de montante captado através da arrecadação solidária.

Sr. Iury Revoredo – Secretaria de Governo

Questiona se os centros de inclusão digital serão construídos ou se será aproveitado alguma estrutura física existente.

Sra. Pollyana – Pátria Voluntária

Informa que algumas possibilidades são o aproveitamento de casas familiares rurais, associações ou algum espaço que possa ser dedicado na própria comunidade.



Sr. Iury Revoredo – Secretaria de Governo

Questiona se informações técnicas sobre pontos de internet, e energia fotovoltaicas foram levantadas junto a Telebrás.

Sra. Pollyana – Pátria Voluntária

Informou que as informações sobre pontos de energia foram levantadas junto ao ICMBIO em articulação com diretoria da SEAS. E sobre o ponto de internet, foi detalhado através de proposta comercial da Telebras. Informa que a execução do contrato com a Telebrás deverá ser realizado por meio da fundação Banco do Brasil, que possivelmente descentralizará o recurso para algumas organizações da sociedade civil para que o serviço da Telebrás seja contratado. Lembrou que a definição das organizações da sociedade civil é definida pela Fundação Banco do Brasil.

Sra. Viviane Petinelli - Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos

Questiona quais são as possibilidades de inclusão de pontos de internet pelo Brasil. Questiona se há alguma limitação técnica da Telebrás para instalação de pontos de internet em algum ponto do Brasil

Sra. Pollyana – Pátria Voluntária

Informa que possui apenas os 22 pontos levantados pela SEAS. E que a Telebrás poderia instalar pontos de internet em qualquer parte do Brasil.

Marcio Migon – Ministério da Ciência, Tecnologia, Informações e Comunicações.

Complementa que a Telebrás teria capacidade técnica de instalação de pontos de internet em todo território nacional. A limitação da Telebrás seria apenas logística, principalmente no território amazônico.

Questiona se existe algum sombreamento na região de Alcantara – MA.

Sra. Viviane Petinelli - Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos

Concorda com proposta sobre a região de Alcântara e ressalta também os públicos do Marajó e o público que o Ministério Público tem cobrado ao governo.

Sra. Pollyana – Pátria Voluntária

Solicita a Sra. Viviane o levantamento das informações da região de Alcântara.

Sr. Iury Revoredo – Secretaria de Governo

Concorda com a proposta da Sra. Viviane, em aproveitarmos os gargalos do Governo Federal e convergir ações quanto ao atendimento de demandas, a exemplo das que são apontadas pelo Ministério Público e de Alcantara.

Ressalta que o conselho poderá ficar à vontade com relação a lista mapeada e sugerida pela SEAS. Sugere que se tenha uma estimativa de custo de implantação, afim de se evitar gasto excessivo desnecessário.



Sra. Viviane Petinelli - Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos

Questiona prazo para submissão do projeto e recebe a informação da Sra. Pollyana indicando que provavelmente até o início da semana que vem o projeto estará apto para ser submetido.

Sr. Asclépius Ramatis – Fundação Banco do Brasil

Concorda com a informação passada pela Sra. Pollyana sobre o prazo de submissão do projeto, e informa que a Fundação poderá mostrar previamente com quem irá trabalhar em parceria para a implantação dos pontos de internet.

Sra. Pollyana – Pátria Voluntária

Comenta sobre o custo de implantação dos pontos internet e informa já foi definido custo de logística pela Telebrás. Porém, há outros custos de logística que são de oficinas presenciais. Pontua que já existe uma rubrica para os 22 pontos já definidos, e para os 28 pontos há uma estimativa com base nas dificuldades apresentadas nos pontos definidos das 22 localidades.

Sra. Adriana Pinheiro – Pátria Voluntária

Entende que mais dados serão necessários para a definição final do projeto, como dados de Alcântara, Marajó e demandas apresentadas pelo Ministério Público Federal.

Sra. Viviane Petinelli - Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos

Se coloca a disposição para manter contato com o Ministério da Cidadania afim de levantar informações sobre regiões que estão em evidência por órgãos de controle.

Sra. Adriana Pinheiro – Pátria Voluntária

Solicita à Sra. Viviane que estime prazo para entrega de informações.

Sra. Viviane Petinelli - Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos

Se compromete a informar os dados até o dia 30/04/2020.

Maria Eridan – Ministério da Saúde

Questiona se ao final dos dois anos de projeto existe alguma previsão de absorção do custo da manutenção dos centros de inclusão digital.

Sra. Pollyana – Pátria Voluntária

Informa que o projeto prioriza casas rurais e associações com a previsão de que ao final dos dois anos elas consigam manter os centros de inclusão digital.

Sra. Adriana Pinheiro – Pátria Voluntária

Solicita confirmação do conselho sobre a definição do público a ser atendido na terceira parte do projeto: se pessoas idosas e pessoas com deficiências ou se o mais adequado seria direcionar para pessoas e famílias vulneráveis. – Como não houve óbice, ficou definido o público - pessoas e famílias vulneráveis.



Sra. Pollyana – Pátria Voluntária

Solicita a Sra. Viviane que quando os dados forem enviados pelo MMFDH e MC, é necessário enviar da forma mais detalhada possível.

Sra. Madriara – Ministério da Defesa

Questiona se no período de 2 anos do projeto está incluída a manutenção dos equipamentos.

Sr. Marcio Migon – Ministério da Ciência, Tecnologia, Informações e Comunicações.

Solicita que a Telebrás seja consultada, pois entende que no valor apresentado já exista algum nível de serviço que talvez esteja incluída a manutenção.

E aproveita para sugerir que outras fontes, instituições locais ou estaduais possam parcerizar o uso dos equipamentos.

Sra. Pollyana – Pátria Voluntária

Ressalta que será necessário prestar contas do projeto para ao fundo socioambiental da Caixa Econômica, e que devemos mitigar riscos o máximo possível para afim de não comprometer o controle da execução.

Sr. Asclépius Ramatis – Fundação Banco do Brasil

Destaca a importância da sugestão de parceria e recomenda não descartar possibilidade, pois no futuro pode ser possível a formação de uma parceria.

Sr. Iury Revoredo – Secretaria de Governo

Propõe que esse recurso seja utilizado na montagem de equipes volantes de cadastramento, utilizando os centros de inclusão digital como base para atender a população que se encontra em isolamento social.

Sra. Pollyana – Pátria Voluntária

Concorda com proposta, mas solicita reflexão de como incluir essa proposta no projeto que será submetido ao fundo socioambiental. Informa que a grande dificuldade é justificar equipes volantes com ações de longo prazo para que o projeto tenha aprovação do fundo socioambiental.

Sr. Iury Revoredo – Secretaria de Governo

Propõe para reflexão a utilização dos equipamentos no cadastramento dos cidadãos no período de dois ou três meses e, após o período da pandemia, os equipamentos voltam para sua utilização original.



Sra. Viviane Petinelli - Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos

Solicita permissão dos conselheiros para que o MMFDH valide a lista da AMTB afim de saber se todas as comunidades listadas são as prioritárias para atendimento ou se alguma sugestão da lista poderia ser substituída.

Sra. Pollyana – Pátria Voluntária

Aproveita a fala da Sra. Viviane, e ressalta a importância em se ter uma lista maior, além do previsto no projeto, para que seja possível fazer uma previsão dos gastos com outros recursos que entrarão na conta da Arrecadação Solidária.

Sr. Iury Revoredo – Secretaria de Governo

Complementa a fala da Sra. Viviane, sugerindo que a lista de 22 comunidades levantadas pela SEAS também seja avaliada para melhor adequação do projeto.

Sr. Asclépius Ramatis – Fundação Banco do Brasil

Lembra que no projeto estão previstos 20 mobilizadores, e talvez para início sejam suficientes para o cadastramento da população nas regiões atendidas.

Sra. Viviane Petinelli - Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos

Reafirma o compromisso em contato com o Ministério da Cidadania de circular aos conselheiros a lista ranqueadas de comunidades a serem atendidas.

Sr. Iury Revoredo – Secretaria de Governo

Sugere que comunidades terapêuticas possam ser consideradas em projetos que tenham como foco o atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade.

Sra. Adriana Pinheiro – Pátria Voluntária

Informa que a observação é válida, e ao passo que os primeiros do ranking de vulnerabilidade forem atendidos, o atendimento poderá ser ampliado às comunidades terapêuticas.

Relembra que foi definido em conselho que a cada 200 mil reais arrecadados, 30 mil reais seriam direcionados às organizações sem fins lucrativos que consigam identificar famílias que não fazem parte de nenhuma política pública ou outros organismos. O valor seria de 450 mil reais, e gostaria de validar com o conselho sobre a forma de distribuir o valor às entidades.

Sr. Asclépius Ramatis – Fundação Banco do Brasil

Pondera que a forma de seleção através de edital gera transparência e publicidade, mas não é a melhor forma de selecionar as entidades que realmente precisam do recurso com agilidade.

Sra. Adriana Pinheiro – Pátria Voluntária

Questiona se a fundação teria a sugestão de alguma outra forma para direcionar esses recursos que não seja por edital.



Sr. Eduardo Lafeté – Ministério do Desenvolvimento Regional

Externa sua preocupação com organizações que são especializadas em captar recursos, o que pode fazer com que as entidades mais simples e que fazem um bom trabalho com pessoas mais vulneráveis acabem ficando de fora da seleção por edital.

Sra. Pollyana – Pátria Voluntária

Complementa que a ideia de distribuir 30 mil reais a cada 200 mil reais para a organização da sociedade civil foi pensada porque na plataforma do Pátria Voluntária há uma área específica na qual instituições pequenas têm se cadastrado afim de captar recursos. Sugere se pensar em um edital que consiga atender esse tipo de instituição, pois não é possível simplesmente acessar a plataforma e escolher qualquer instituição sem antes ser definido algum critério.

Sr. Asclépius Ramatis – Fundação Banco do Brasil

Informa que o valor de 450 mil reais é muito pouco para o trabalho de elaboração de um edital, porém é possível fazer. Complementa a fala do Sr. Eduardo, e informa que o edital deve ser construído de forma a restringir mais o acesso ao recurso.

Sra. Adriana Pinheiro – Pátria Voluntária

Concorda que o recurso é bem limitado frente a demanda a ser atendida. Propõe que se trabalhe diretamente com as entidades cadastradas na plataforma Pátria Voluntária, sem edital e diminuindo o valor para 15 mil ao invés de 30 mil reais, visando atender mais instituições.

Sra. Viviane Petinelli - Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos

Sugere que sejam levados em consideração os critérios já estabelecidos para as ILPIS para que seja possível atender as mais vulneráveis. E a partir do quantitativo levantado, seja pensado no valor que será repassado a cada instituição.

Sr. Iury Revoredo – Secretaria de Governo

Sugere que seja feita uma campanha de mobilização para cadastramento nos municípios elencados como prioritários, para que as organizações desses municípios possam se cadastrar na plataforma afim de serem atendidas

Sra. Pollyana – Pátria Voluntária

Informa que a dificuldade é consolidar justificativa sobre a seleção de organizações a serem contempladas com os recursos da Arrecadação Solidária.

Sr. Iury Revoredo – Secretaria de Governo

Informa que na próxima reunião esse assunto pode ser discutido e que, a partir do que for definido em conselho, haverá respaldo para a aplicação do recurso.

Sr. Asclépius Ramatis – Fundação Banco do Brasil

Se compromete em levar para a próxima reunião uma proposta para a utilização desse recurso.



Sr. Marcio Migon – Ministério da Ciência, Tecnologia, Informações e Comunicações.

Solicita que seja definido em conselho que a forma de distribuição do recurso não será por edital.

Sra. Adriana Pinheiro – Pátria Voluntária

Ressalta que não é uma verba não governamental e dessa forma não existe a obrigatoriedade de se fazer edital, porém, questiona ao Sr. Asclépius que por sua vez recomenda que se aguarde até a próxima reunião.

Lara Brainer – Ministério da Economia

Considera que apesar do recurso não ser público, os conselheiros são representantes de órgãos governamentais e possuem compromisso com regras de transparência e *compliance*. E que, se o conselho decidir por não fazer edital, se coloque de forma transparente e que a fundamentação seja apresentada pela Fundação Banco do Brasil.

Sra. Adriana Pinheiro – Pátria Voluntária

Concorda com posicionamento, e solicita que se aguarde a proposta da Fundação Banco do Brasil. E caso não se encontre uma melhor forma de utilização do recurso, o conselho poderá repensar na utilização do recurso.

Sra. Viviane Petinelli - Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos

Sugere que a próxima reunião seja no dia 04/05 para que o conselho possa apreciar e validar o projeto antes de ser apresentado à Caixa Econômica Federal.

Sra. Madriara – Ministério da Defesa

Solicita que o conselho possa pensar no público dos locais que sofreram desastres ambientais e naturais.

Sr. Iury Revoredo – Secretaria de Governo

Sugere que, para uma maior transparência, seja informado como se chegou nos valores do projeto.

Sra. Pollyana – Pátria Voluntária

Informa que o projeto foi apresentado de forma consolidada, mas enviará a memória de cálculo utilizada no projeto.



Sr. Iury Revoredo – Secretaria de Governo

Relembra que não foi decidido sobre o custo de 6 mil reais para a instalação dos pontos em caráter emergencial.

Sra. Adriana Pinheiro – Pátria Voluntária

Leva assunto a votação:

Favoráveis: Iury, Lara, Madriara, Robson, Pedro, Selma, Maria Eridan, Adriana, Carolina.

Sr. Márcio se declarou impedido por ser de um ministério vinculado a estatal.

Fim da reunião

Encaminhamentos

- Discutir a melhor forma de aplicação do valor de R\$ 450 mil reais nas instituições de atendimento a pessoas vulneráveis.
- Verificar sobre a manutenção dos pontos que serão instalados pela Telebrás.
- Apresentar ao conselho, para deliberação, o projeto consolidado a ser submetido ao fundo socioeconômico da Caixa.